

Navegar na Amazônia é preciso: o trabalho de campo de Henry Bates e Alfred Wallace na Amazônia do século XIX ¹

Navigating the Amazon is necessary: the fieldwork of Henry Bates and Alfred Wallace in nineteenth-century Amazonia

Carla Oliveira de Lima

Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Instituto Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, possui mestrado em História pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM e licenciatura em História pela mesma Universidade. Atualmente, é tutora de História no Colégio Militar de Manaus (CMM) e professora convidada do departamento de História da UFAM.

RESUMO

Neste artigo, examinaremos a atividade de campo de dois proeminentes naturalistas britânicos, Alfred Russel Wallace e Henry Walter Bates, na Amazônia oitocentista, a partir de uma variedade de fontes: diários de viagens de outros exploradores, seus próprios escritos de viagem e suas correspondências. A metodologia adotada neste estudo envolveu uma abordagem histórica e analítica. O exame das fontes primárias e secundárias permitiu contextualizar as expedições de Wallace e Bates, bem como compreender melhor a magnitude do trabalho realizado por esses exploradores.

ABSTRACT

In this paper, we will examine the field activity of two prominent British naturalists, Alfred Russel Wallace and Henry Walter Bates, in the nineteenth-century Amazon from a variety of sources: travel diaries of other explorers, their own travel writings, and their correspondence. The methodology adopted in this study involved a historical and analytical approach. The examination of primary and secondary sources allowed us to contextualize the expeditions of Wallace and that the field experience of these naturalists could only advance thanks to the interactions established with the nature of Bates,

¹ Artigo recebido em 18 de abril de 2023 e aprovado para publicação em 26 de maio de 2023.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V.19, nº37, p. 11-29 – 2023.

Além disso, enfatizamos que a experiência de campo desses naturalistas só pudera avançar graças às interações estabelecidas com a natureza da região, com os especialistas e nativos locais. Essas dimensões estão de acordo com o pressuposto defendido por Bruno Latour, segundo o qual a ciência não deve ser pensada como uma atividade desenvolvida no isolamento de laboratórios, mas trata-se de uma atividade coletiva, cuja rede de apoiadores se estende em direção a diversos lugares e agentes.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho de campo; Naturalistas; Amazônia Oitocentista.

as well as to better understand the magnitude of the work carried out by these explorers. In addition, we emphasize the region, with local experts and natives. These dimensions are in accordance with the assumption defended by Bruno Latour, according to whom, science should not be thought of as an activity developed in the isolation of laboratories, but it is a collective activity, whose network of supporters extends towards diverse places and agents.

KEYWORDS: Fieldwork; Naturalists; 19th Century Amazon

INTRODUÇÃO

O trabalho de campo desempenha um papel fundamental na construção do conhecimento científico, especialmente quando se trata da exploração de ecossistemas ricos e complexos, como a Amazônia. Durante o século XIX, a dupla de naturalistas independentes, Henry Bates e Alfred Russel Wallace, escolheu viajar para a Amazônia após ler a obra *A Voyage up the River Amazon*, escrita pelo norte-americano W. H. Edwards. Essa obra indicava que o extremo norte do Brasil prometia facilidades de viagem e abundância de espécies para colecionadores de espécies raras em história natural. Os naturalistas chegaram ao norte do Brasil em 26 de abril de 1848, após meses de preparação e estudos sobre a fauna e a flora da região. Para reconstruir algumas cenas das expedições de Wallace e Bates pela Amazônia, este trabalho se baseou nos diários de viagem escritos pelos próprios naturalistas, bem como correspondências. Esses documentos forneceram insights valiosos sobre as observações de campo e os desafios enfrentados durante suas expedições pelo interior da Amazônia. Além disso, foram utilizadas fontes secundárias, como biografias, relatos históricos e estudos acadêmicos contemporâneos, que analisaram e interpretaram o trabalho de Wallace e Bates. Essas fontes complementares permitiram uma análise mais

aprofundada sobre o contexto histórico e as redes de apoiadores desses naturalistas. Deste modo, enfatiza-se que a atividade de campo exigia ferramentas que não estavam descritas nos manuais de história natural: o clima equatorial, a geografia sinuosa da Bacia do Amazonas e as estruturas de moradia e de mobilidade indígenas eram variáveis que obrigavam aos viajantes a valorizar os meios disponíveis locais para conseguir estabelecer sua base de coleta. Com base nesses aspectos, este trabalho pretende enfatizar o quanto as interações com a natureza e com os diversos grupos humanos estabelecidos em diversos pontos da região possibilitaram as atividades em campo de Bates e de Wallace, bem como influenciaram suas reflexões sobre a natureza.

OS CONDICIONANTES FÍSICOS PARA EXPLORAÇÕES EUROPEIAS NA AMAZÔNIA

Navegar pela grande Bacia do Rio Amazonas sempre foi considerada, ao longo do tempo, uma experiência desafiadora. Nascido em plena Cordilheira dos Andes, onde, nas palavras do geógrafo Ab'Saber, “existem precipitações nivais e degelo de primavera” (AB'SABER, 2003, p. 68), o Rio Marañon, ao penetrar em terras brasileiras rumo às baixadas amazônicas, recebe o

etnônimo, segundo o registro de frei Noronha, de Solimões “por serem de nação Sorimão os índios” até a “sua continuação da barra do Rio Negro” (NORONHA, 2003, p.22). Somente após passar por esse trecho convencionou-se chamá-lo de Rio Amazonas. Possuindo 20 mil quilômetros de cursos navegáveis, o grande rio deságua no Oceano Atlântico “com força suficiente para empurrar oceano adentro a salinidade do Golfão Marajoara” (AB’SABER, 2003, p.68.). No entanto, nem todos os afluentes do Amazonas possuem as mesmas condições para navegabilidade. Trechos dominados por canais meândricos, como os Rios Purus e Juruá, além de aumentar o tempo real das viagens, tornavam mais perigosa a navegação, possivelmente um fator importante que limitava a intensa exploração dessa região pelo homem branco.

Além de uma grande cadeia de rios navegáveis, a fisiogeografia da Bacia do Amazonas é composta por “furos” e “igarapés”. Os primeiros são canais fluviais que interligam braços de rios e uma planície, muito utilizados para “encurtar” caminhos de navegação.¹ Já os igarapés – “caminhos de canoa” –, conforme Ab’Saber, foram fundamentais “para a ocupação indígena na Amazônia, sendo a invenção da canoa o grande salto cultural que possibilitou a organização dos grupos indígenas no mundo amazônico” (AB’SABER, 2003, p.71). Como uma estrada líquida, os igarapés são geralmente caracterizados como um curso d’água que “corre mansamente por um túnel quase fechado de vegetação florestal” (AB’SABER, 2003, p.73), com pouca exposição à luminosidade do dia. Em razão dessa característica, “o igarapé funciona como porta de acesso ao domínio das matas, até onde seu curso se torna intransponível, não apenas devido a sua estreiteza, mas também ao avançamento de galhos e árvores tombados” (AB’SABER, 2003, p.72). Ab`Saber adverte ainda que, embora se reconheça a importância desses cursos d’água como funda-

mental para a mobilidade de pessoas, relatos de viajantes informam que mesmo os locais não se atreviam a seguir até as “altas encostas florestadas e interflúvios de onde nasciam as águas dos igarapés” (AB’SABER, 2003, p.72), por serem considerados espaços desconhecidos e temerários.

Não obstante essas advertências, esses estreitos caminhos e a mansidão de suas águas permitiram aos povos originários criar as versáteis canoas – as igaras, igarités – meio de transporte mais ajustado e eficaz para atravessar essa realidade física.



FIGURA 1: Representação de igarités indígenas no curso do Rio Javari, Alto Solimões.

FONTE: CASTELNAU, 1850

Posteriormente, esses caminhos navegáveis tiveram importante função econômica para diferentes agentes de colonização que ocuparam a natureza das planícies amazônicas ao longo do tempo, pois, diante desse mundo das águas, os estrangeiros e os colonos que ocuparam e/ou visitaram o “país das Amazonas”² não possuíam a opção de se locomover por longos trajetos a pé ou montado a cavalo ou mula, como nos caminhos constituídos pelo relevo de outras regiões do país. Logo, as embarcações criadas por indígenas tornavam-se essenciais para quem quisesse atravessar e/ou explorar a região, e coletar os produtos oriundos do gigantesco domínio de terras baixas flo-

restadas, encravado entre a grande barreira dos Andes e dos planaltos brasileiros e das guianas.

A partir dessas relações, pode-se afeirir que, se política e administrativamente as fronteiras da Amazônia portuguesa se transformaram ao longo do tempo, quando se observa relatos de viajantes de diferentes origens e épocas, percebe-se que a dimensão física da Amazônia – isto é, a extensa e intrincada rede hidrográfica e a imensa cobertura vegetal – se constitui como uma realidade inescapável para todas as elaborações das narrativas ocidentais sobre a região. Essas dimensões estão relacionadas ao pressuposto defendido por Fernand Braudel, em seu clássico estudo sobre o Mediterrâneo, quando enfatizou a importância dos “múltiplos tempos” para a reconstituição das relações humanas no tempo, apontando a existência de um tempo longo, que é produzido por uma interação extremamente lenta e, por vezes, imperceptível aos olhos humanos. Trata-se do tempo físico, material ou geológico (BRAUDEL, 1992, p.50).

Essa questão pode ser melhor ilustrada quando se percebe que tanto os comandos de Francisco Orellana, no século XVI, quanto o naturalista Alfred Russel Wallace, em meados do século XIX, registraram grande admiração sobre o fenômeno do encontro das águas dos Rios Negro e Amazonas. Sobre essas impressões escreveu o cronista da expedição espanhola quinhentista, frei Carvajal, em 1542:

[...] prosiguiendo nuestro viaje, vimos en la boca de otro rio grande, á la mano siniestra, que entraba en el que nosotros ybamos, el agua negra ó muy turbia, como de ciénegas ó laguna, é por esto llamamos Rio Negro: el qual corria tanto é com tanta velocidade, que en más de diez leguas se diferenciaba la una agua de la outra [...]

Este mesmo dia [3 de junho] presiguiendo nuestro viaje, vimos una boca de outro rio grande a la mano sinistra, que entraba en el que nosotros navegábamos, el agua del cual era negra como tinta, y por estol e pusimos nombre del Río Negro [...] (UGARTE, 2009, p.175)

A passagem acima retrata as primeiras impressões de que se tem notícia, feitas por um europeu, sobre as características físicas do afluente do Rio Amazonas, conhecido por suas águas escuras. Alcançado pela expedição hispânica em junho de 1542, deve-se ainda a esse grupo de espanhóis seu batizado de “Negro”, nome que exultou sua mais visível característica – a cor de sua água. Tal atributo não impressionou apenas os expedicionários de Orellana. Em dezembro de 1849, Wallace, ao se deparar com o mesmo fenômeno, sublinhou sua surpresa ao ver a surpreendente mudança do tom da água ao redor de sua embarcação. A cor preta como tinta ressaltada pelos comandos de Orellana foi igualmente expressada pelo naturalista oitocentista, enfatizando ainda que a denominação *black river* lhe era muito apropriada:

De manhã, olhamos com surpresa para a maravilhosa mudança na água ao nosso redor. Poderíamos ter nos imaginado no rio Styx, pois era preto como tinta em todas as direções, exceto onde tocava a areia branca, vista a poucos metros de profundidade através de sua onda escura, parecia de um tom dourado. A água em si é de uma cor marrom pálida, o tom é apenas perceptível em um copo, enquanto em águas profundas parece preto como azeviche, e bem merece o nome de “rio negro”. (WALLACE, 1853, p.163-164) [tradução livre]

Nesse sentido, observar os impactos que esses condicionantes físicos causaram em viagens de explorações europeias está de acordo com a advertência feita por

Nancy Stepan, para a qual do mesmo modo que algumas visões simplistas observaram a natureza dos trópicos pautadas por um ponto de vista empírico determinista, por outro, podem ser empobrecidas as análises que retrataram o mundo natural como mera construção cultural. (STEPAN, 2001, p.14).

RECONHECIMENTO DO CAMPO: CONTEXTOS E ESTRUTURAS PARA AS VIAGENS DOS NATURALISTAS HENRY BATES E ALFRED RUSSEL WALLACE PELO INTERIOR DA AMAZÔNIA

A dinâmica da economia extrativa no Grão-Pará nunca superou, ao longo do oitocentos, a atividade da monocultura e da mineração produzida em outras regiões do país. Contudo, apesar da menor expressividade econômica, navios de mercadores estrangeiros não deixaram de cruzar o Atlântico com destino ao porto de Belém, para transportar até o Velho Mundo produtos oriundos da exploração da floresta. Movimento que aumentou continuamente ao longo do século XIX, a partir do episódio da abertura dos portos, como revelou o naturalista bávaro Martius na seguinte nota:

[...] A Inglaterra recebe especialmente do Pará: algodão, cacau, café, salsaparrilha, castanhas-do-maranhão, pau-amarelo, couro de boi, e manda em troca artigos de algodão, de linho, presunto, bacalhau, sal, manteiga [...]. O comércio entre Pará e Portugal havia aumentado continuamente nos últimos decênios do século passado e nos primeiros deste; mas, depois que o rei de Portugal se instalou no Rio de Janeiro e promulgou a liberdade dos portos, passou grande parte desse comércio para a Inglaterra, o que fica provado pela grande quantidade de navios ingleses no porto. (MARTIUS, 1981, p. 48)

Semelhante a outras cidades situadas nas proximidades da costa brasileira, Belém foi especialmente visitada por navios do Reino Unido que detinham privilégios comerciais concedidos pelo governo português. Contudo, além dos britânicos, navios de outras nações também aportaram no Pará, como testemunhou o norte-americano W. H. Edwards em 1846:

Ancorados ao nosso redor havia navios de várias nações e barcos fluviais de aparência estranha, sob cujos telhados de palha pareciam viver famílias inteiras, e sobre os quais papagaios verdes e araras escalavam e gritavam. Canoas, com destino ao mercado, passavam, constantemente, carregadas com todo tipo de produtos [...] Os ocupantes mais afortunados que venderam seus produtos estão ocupados de várias maneiras: alguns dormindo; outros preparando sua refeição matinal; outras penteando e arrumando suas tranças luxuriantes, pois até uma índia tem um pouco de vaidade; e outros, acima de tudo, conversando com seus vizinhos ou gritando em tons estridentes para amigos em terra. Aqui estão negros de todas as tonalidades de cor, desde o puro Congo até o branco quase puro; alguns comprando, alguns vendendo. Lá está um, com sua cesta de pano de algodão grosseiro e sua bengala; e perto uma velha moça está agachada ao lado de uma panela de sopa amarela, o extrato de alguma noz de palmeira. Aqui estão fileiras de peixes convidativos e pilhas de tartarugas menos cativantes; cestos grosseiros, recheados com caranguejos da Vigia, os melhores do mundo; e outras de folhas de palmeira, moldadas como uma retícula de palha, são inchadas com os deliciosos caracóis. Macacos, presos a tamancos, atraem você a comprá-los com suas travessuras; e garças brancas, e várias outras aves selvagens. (EDWARDS, 1847, p.5) [tradução livre]

As impressões acima são do norte-americano William Edwards, cuja narrativa de viagem pelo norte do Brasil – *Voyage up the River Amazon* – ficou conhecida por ter inspirado a empreitada dos naturalistas Bates e Wallace pela Amazônia. Na ocasião, Edwards destacou que sua ligação familiar com o cônsul dos Estados Unidos da América em Buenos Aires, o qual visitou o norte do Brasil subindo o Amazonas até o ponto em que, para o seu conhecimento, nenhum americano havia estado antes, facilitou seu anseio de conhecer a natureza tropical da América do Sul e observá-la, sem as pretensões do estudioso de gabinete em história natural, mas de forma a mostrar as vantagens de trabalhar e coletar na região. Embora sua narrativa de viagem não escape à ideia de exotismo para a região amazônica, a cena de desembarque retratada demonstra o cotidiano de grande movimentação de embarcações (de várias bandeiras), de homens, mulheres, canoas, produtos e espécies no porto de Belém. Essas dinâmicas e estruturas seriam indispensáveis para o trabalho de campo naturalista.

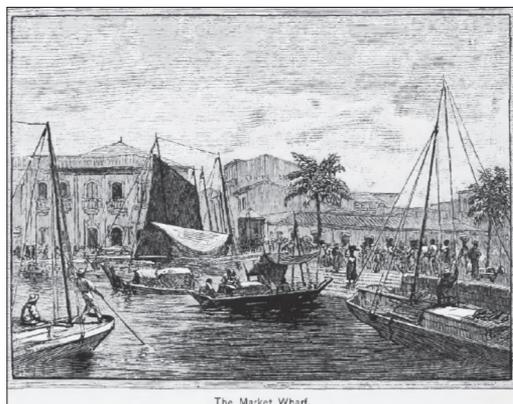


FIGURA 2: Mercado do Porto de Belém. A representação do mercado foi realizada pelo desenhista norte-americano James Champney, companheiro de viagem de Smith pelo Brasil. Smith, 1879

Essa realidade foi testemunhada ainda por um dos participantes da Comissão Geológica do Brasil de 1876, o norte-americano

Herbert Smith, quase 30 anos mais tarde, explicitando uma longa permanência dessas práticas na região. Como demonstra a ilustração a seguir, feita pelo desenhista James Champney, que acompanhou Smith pelo Brasil, a chegada de canoas de indígenas oriundas de vários afluentes de rios no porto de Belém estavam quase sempre carregadas de produtos destinados ao comércio local. (SMITH, 1879, p.45-46)

Ao longo do período de conquista e exploração de outros continentes, os europeus utilizaram uma variedade de embarcações para explorar, colonizar e comercializar em escala planetária. No lapso de tempo dos séculos XVI-XVIII, as caravelas, os galeões, as naus e os navios negreiros predominaram na travessia dos oceanos, transportando indivíduos e riquezas exploradas ao redor do mundo. No século XIX, com a introdução da nova tecnologia dos três mastros, que compunham o clipper, a travessia do mar tornou-se mais rápida, por esse motivo, essa embarcação foi a mais usada no comércio de chá na rota entre China e Inglaterra. Provavelmente, os naturalistas britânicos que cruzaram o Atlântico em meados do oitocentos até o Grão-Pará, Henry Bates e Alfred Russell Wallace, foram passageiros desse tipo de navio mercante. Isso porque, conforme explicita Eric Hobsbawm, a tecnologia do vapor foi sendo incorporada às dinâmicas do imperialismo econômico mais lentamente do que as ferrovias: somente a partir da década de 1870. (HOBSBAWN, 1996, p.91-92) Na Amazônia, o vapor ganhou significativo impulso com o advento da expansão da economia da borracha. Nesse contexto, os barcos a vapor foram lançados na região e levados a serem usados para transportar borracha, madeira e outros produtos da região.

Porém, os viajantes estrangeiros que quisessem seguir para o interior da Ama-

zônia ao longo do século XIX só poderiam contar com duas modalidades de transporte fluvial: a vela e a canoa. De acordo com Antonio Loureiro, a primeira tinha por principal função fazer o escoamento da produção que abastecia a população ribeirinha, seja nas cidades, nos sítios ou nas vilas no curso principal do Amazonas. De mobilidade bastante lenta – de Belém a Manaus levava em média de sessenta a noventa dias para concluir o percurso –, a vela era usada somente por algumas horas já que o:

[...] vento geral, o alísio do nordeste sopra, com pouca velocidade, das dez da manhã até as duas da tarde; daí a demora das viagens...Nos afluentes, todas perpendiculares ao grande rio esses ventos alísios só auxiliaram na travessia de uma margem para outra, sendo os percursos feitos a remo ou a sirga. (LOUREIRO, 2007, p.20)

Por sua vez, a canoa era, não apenas, a modalidade de transporte fluvial mais numerosa, mas também possuía diferentes tamanhos e funções, sendo o principal meio de transporte utilizado pelos diversos grupos humanos que ocupavam o interior da região até grande parte do século XX. Assim, deve-se entender que, na medida em que a exploração de recursos da floresta impunha aos grupos humanos seguir mata adentro, os diversos atores sociais de origem europeia que passaram pela região amazônica tinham pela frente o desafio de interagir com certas estruturas locais para conseguir alcançar seus objetivos de exploração.

Dentre os coletores e naturalistas que escolheram trabalhar no vale amazônico, talvez o testemunho de Henry Bates seja aquele que melhor caracterize as formas de interações e os desafios que a realidade amazônica impunha ao trabalho de campo do adventício. Conforme seu testemu-

nho, a reduzida oferta da mão de obra do escravo africano somou-se à dependência dos brancos da região pelo trabalho indígena. Como caracterizou Bates, se, por um lado, o trabalho dos negros era destacado em plantações, por outro, os indígenas eram imprescindíveis nas dinâmicas do comércio dos “sertões” amazônicos, servindo “universalmente” como guias, barqueiros e tripulação das inumeráveis canoas – de todos os tamanhos e formas – que seguiam pela intrincada malha de rios que compunham a Bacia do Amazonas. O cotidiano de vai e vem de canoas carregadas com produtos de extrativos e tripuladas por indígenas, além de impressionar os viajantes, demonstrava a complexidade das relações sociais e de negócios encaixadas na região, muitas das quais eram permeadas por constantes tensões entre administradores imperiais, negociantes, proprietários de terras (grandes ou pequenos) e a massa de trabalhadores de variada composição étnica. Essa realidade diferenciava o Grão-Pará – e, posteriormente, Pará e Amazonas – das demais províncias do Império, haja vista que em outras regiões brasileiras, de povoamento mais antigo, a questão indígena estava mais vinculada ao problema de terras (CUNHA, 1992, p. 134) do que aos debates em torno da importância de sua mão de obra. Por isso, não à toa, o problema da escassez da mão de obra na região foi tematizado em diversas passagens na narrativa de viagem de Bates e Wallace, como pode ser verificado no seguinte trecho, em que Wallace destaca a preocupação recorrente com esse tema entre a elite proprietária da região, no episódio que retratou a fazenda de um português de nome Danin:

A residência do Sr. Danin ficava na margem oposta; uma grande construção[...]. O segundo andar era a parte ocupada pela família[...] Abaixo estavam vários negros empregados carregando barro em suas cabeças. [...] O

Sr. Danin recebeu-nos com a habitual polidez formal dos portugueses; ele falava inglês muito bem e, depois de termos acertado nossos negócios, ficamos conversando com ele sobre vários assuntos relacionados ao país. Como todos os empregadores desta província, ele estava cheio de um tópico - a escassez de mãos. (BATES, 1863, p.57) [Minha tradução livre]

Na data de chegada da dupla de naturalista, Bates e Wallace, em 26 de abril de 1848, a cidade de Belém continuava a dominar a Bacia do Amazonas, concentrando em si altos postos e edificações da administração provincial – como a alfândega e a sede do governo provincial – e uma importante rede de negócios de produtos extrativos e agrícolas. Constituída a partir da construção do Forte do Presépio, em 1616 – fundado na Baía do Guajará como parte do estratagema militar luso contra forças francesas, holandesas e inglesas na Amazônia –, Belém impressionou os viajantes principalmente pela diversidade sociocultural que observaram, com uma população que compreendia majoritariamente pessoas com características mestiças, índias e negras, seguida de uma população minoritária de origem europeia da qual se destacavam os portugueses. Estes, por sua vez, demonstravam ainda sua distinção social por meio de dois tipos de habitação: uma na cidade e outra em seus arredores, denominada pelo viajante como “moradias de campo” ou “rocinhas”. Foi nesse último tipo de moradia que os dois naturalistas se acomodaram, cujas características seriam mais apropriadas inicialmente para seus objetivos de coleta. Sobre esse cotidiano, Bates observa:

Agora nos acomodamos para um trabalho regular de alguns meses. Tínhamos a floresta em três lados de nós; era o fim da estação chuvosa; a maioria

das espécies de pássaros havia terminado a muda e, a cada dia, os insetos aumentavam em número e variedade. Atrás da rocinha, após vários dias de exploração, encontrei uma série de caminhos na mata, que levava à estrada de Una; a meio caminho estava a casa em que os célebres viajantes Spix e Martins residiram durante sua estada no Pará, em 1819. (BATES, 1863, p.60-61.) [tradução livre]

Ao se analisar as trilhas perseguidas por esses viajantes, fica claro o papel que as próprias estruturas sociais e econômicas do extremo norte tiveram para a experiência de viagem de muitos forasteiros pelo espaço amazônico. Por isso, muitos roteiros de viagens com objetivos de história natural foram traçados seguindo o universo de produção econômica local, que, no caso do extremo norte, desde os finais do século XVIII, foi determinado pela combinação entre a agricultura de subsistência e a coleta de produtos extrativos (SAMPAIO, 1997, p.86). Nas muitas trilhas que adentravam as matas durante o século XIX, nas proximidades de algumas povoações, existiam terrenos cultivados rusticamente pelos locais – onde se destacavam tanto a produção de consumo regional (mandioca, manteiga de tartaruga e peixe seco) como uma incipiente lavoura e benfeitorias, estas últimas geralmente de propriedade dos mais ricos – que se empenhavam em desenvolver potencialidades agrícolas no extremo norte.

Assim, é significativo observar que – analogamente ao processo de extração do cacau e outros produtos de interesse colonial de fins do século XVIII –, de modo geral, naturalistas e coletores oitocentistas buscaram fatos de seu interesse fora de Belém, isto é, nos sertões amazônicos³, retornando àquele porto apenas para preparar e remeter espécies para seus países de origem. Esse padrão de viagem relaciona-

-se ainda com as alterações da paisagem efetuadas ao longo da colonização ibérica, já que na medida em que foi aprofundado o processo houve, também, a constituição de um cenário mais escasso em recursos naturais, sobretudo nas proximidades da capital do Grão-Pará, o que não se configurava em outros pontos ao longo da Baía do Amazonas.

Em meados do século XIX, a comunicação na subida do Rio Amazonas era dependente de pequenas embarcações pertencentes a comerciantes, muitos deles, segundo Bates, moradores de remotos povoados e vilas. Segundo o britânico, no período em que esteve na região (1848-1861), era “quase impossível”, mesmo para autoridades do Império brasileiro, conseguir remeiros para suas embarcações. Essa situação não apenas ratifica as preocupações, como também diagnostica possíveis focos de resistências das comunidades tradicionais em relação aos interesses da população identificada como “branca”. Em tais circunstâncias, ressaltou Bates, mesmo funcionários do governo “se viam forçados a viajar nos navios mercantes”, cujos donos raramente navegavam nas zonas “produtoras” até Belém e, por vezes, confiavam seus negócios dos rios “aos cuidados de capitães mestiços ou portugueses”. Em alguns casos os mesmos arriscavam-se a deixar tudo sob a responsabilidade apenas da “tripulação indígena, dando ainda ao piloto, que era também timoneiro, a função de comissário de bordo”. Além disso, segundo Bates, algumas vezes, os comerciantes brasileiros e portugueses do Pará mandavam para o interior “um jovem português com um bom estoque de mercadorias, as quais eram trocadas, entre os escassos núcleos de população da região, pelos produtos da terra”. (BATES, 1863, p.212-213)

Tais percepções remetem a alguns delineamentos sociais que estavam em curso

ao longo do período na região amazônica, os quais podem ser clarificados à luz das reflexões de John Monteiro a respeito de como se deveria pensar o papel das populações nativas junto aos interesses europeus no Brasil. Para o autor, longe de retratar essas comunidades “como culturas locais em isolamento” e/ou a partir de suas relações de subordinação às estruturas de poder dominante, é preciso, ainda, considerá-las com respeito a suas ações conscientes de contestação da obra colonizadora europeia (MONTEIRO, 2001, p.4). Nesse sentido, é preciso considerar de que modo a realidade (ambiental, econômica, demográfica) amazônica forjou identidades, constituiu novas categorias sociais, redes de solidariedade e estratégias de negociação. Ora, nessa vertente, é possível pensar que a geografia do Vale Amazônico, composta por uma intrincada rede de rios, igarapés, furos e paranás,⁴ não apenas proporcionou ambiente para fugas de braços como também abrigou redes de solidariedades entre um contingente que buscava escapar de recrutamentos de trabalhos forçados, encetados tanto pelas autoridades oficiais quanto pela classe econômica dominante da região, tais como: alistamento no Corpo de Trabalhadores, sequestro indígena e escravidão negra.

ESTREITANDO LAÇOS: NEGOCIANDO VIAGENS E AMPLIANDO REDES DE ALIADOS – A EXPERIÊNCIA DE CAMPO DE WALLACE E BATES

O panorama ressaltado por Henry Bates traz à tona também o papel de outras categorias sociais – não indígenas – gestadas a partir das novas acomodações históricas e sociais – e ambientais de meados do século. Entre elas, situa-se a atuação do “jovem português”, destacado pelo naturalista britânico junto às populações tradicionais da Amazônia, cuja singularidade tanto se assentava em

função de seus negócios serem pautados pela troca de produtos manufaturados por produtos da terra quanto, como professou o ensaísta amazonense Mario Ypiranga, “deve-se a êle a ... penetração insidiosa e voraz, na rêde ganglionar dos rios e furos, e o contato primeiro com os nativos de determinados meandros” (MONTEIRO, 1958, p.9). Ao longo do tempo, esse ator social da Amazônia brasileira, conhecido (até hoje) entre as comunidades mais afastadas dos núcleos da administração governamental, ganhou o epíteto de “regatão” (MONTEIRO, 1958, p.18). Quanto à sua conceituação, Tavares Bastos, já na década de 1860, procedeu com a seguinte definição:

Os regatões são os traficantes que levam em canoas, por todos os rios, lagoas, furos e lugares, mercadorias estrangeiras ou nacionais, e as vendem a dinheiro, ou as permutam pelos produtos do país. O comércio interior do Amazonas não se faz geralmente por intermédio da moeda, mas pela troca de objetos. (BASTOS, 1937, p. 351)

Por “regatão”, neologismo derivado do verbo “regatear” – ou “pechinchar” –, designava-se o grupo de indivíduos possuidores de canoas providas de toda sorte de objetos manufaturados, tais como: sal, anzóis, miçangas, chapéus, cachaça, fazendas de algodão etc. Com a embarcação carregada desses produtos, o regatão alcançava pontos mais esparsos da geografia do extremo norte – fosse nas cabeceiras dos rios, em zonas ribeirinhas e de fronteira, ou nas margens de lagos e igarapés – com intuito de negociar em aldeias indígenas e em quilombos, como comprova a seguinte passagem de Tavares Bastos:

Neste município [Óbidos] existem 23 canoas empregadas no comércio de regatão. O município é extensíssimo, como todos no Amazonas. O regatão

percorre-o levando mercadoria de todo gênero, fazendas, licores, ferramenta, etc., a cada sítio e a cada choupana situados nas paragens mais recônditas, nas aldeias dos índios, nos quilombos de negros do Trombetas, nas cabeceiras dos rios ou no fundo dos lagos. Cada canoa leva um a três contos de réis em gêneros. É pois um comércio extremamente pequeno, entretanto, paga as seguintes taxas: 175\$000 à coletoria provincial [...] (BASTOS, 1937, p. 353) [grifos meus]

Nessas condições, pode-se apontar que o regatão se constituiu em um sujeito social produzido pelo contexto geográfico e econômico do extremo norte brasileiro. Sendo assim, rios, igarapés, furos e lagos passaram a testemunhar relações de contato, de negociação e de solidariedade entre pequenos comerciantes itinerantes – o regatão – e comunidades ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Se, em primeira instância, o estreitamento dessas relações visava à negociação de produtos extrativos, seus desdobramentos culminariam na constituição de redes de solidariedade com as populações marginais da província – aqui, entendendo “marginais” tanto do ponto de vista geográfico quanto do ponto de vista social ou jurídico –, de tal modo que Tavares Bastos observou:

Perto de Óbidos entra no Amazonas o rio Trombetas; nas suas florestas existem muitas centenas de escravos fugidos. Os mocambos do Trombetas são diversos; dizem que todos contém, com os criminosos e desertores foragidos, mais de 2.000 almas. Os negros, industriados talvez pelos outros companheiros de desterro, vivem ali debaixo de um governo despótico eletivo; com efeito, eles nomeiam o seu governador, e diz-se que os delegados e subdelegados são também eletivos. Imitam nas designações de suas au-

toridades os nomes que conheceram nas nossas povoações. Os mocambos atraem os escravos; nomearam-me uma senhora que viu em pouco fugirem para ali 100 dos que possuía; outros proprietários há que contam 20 e 30 perdidos desse modo. Os negros cultivam a mandioca e o tabaco (o que eles vendem passa pelo melhor); colhem a castanha, a salsaparrilha, etc. Às vezes descem em canoas e vêm ao próprio porto de Óbidos, à noite, comerciar as escondidas; com os regatões que sobem o Trombetas, eles o fazem habitualmente. Diz-se que tão bem permutam com os holandeses da Guiana os seus produtos por outros, e principalmente pelos instrumentos de ferro e armas. Os mocambos tem sido perseguidos periodicamente, mas nunca destruídos. (BASTOS, 1937, p. 353) [grifos meus]

Conforme defende Siméia Lopes, o regatão, ao percorrer os sinuosos caminhos da Bacia Amazônica, “tecia com quilombolas, pequenos produtores e comerciantes locais uma relação comercial alternativa ao abastecimento da população”, a qual era baseada em um “singular universo de trocas” (LOPES, 2002, p.14). Relações que remetem a um universo social pautado por “formas de dependência e reciprocidade”, mas, também, por tensões e conflitos. (LOPES, 2002, p.14-15) Nessas circunstâncias, tal prática não deixou de ser tratada pelas autoridades e outros agentes do poder econômico com desconfiança. Para a autora, em um contexto marcado pelo soerguimento econômico, observa-se que as autoridades buscaram intervir nessas relações, tendo em vista duas frentes de preocupações: a primeira relativa à “utilização e controle da navegação fluvial”; e, em segundo lugar, propondo medidas que visavam a conter a rede social e comercial caleidoscópica tecida entre distintas categorias humanas do interior da Amazônia,

são elas: quilombolas, regatões, negociantes, indígenas, tapuios, mestiços etc. (LOPES, 2002, p.15)

Com isso, gostaria de resgatar o papel que um regatão de origem lusa, denominado João Lima, teve na experiência de campo de Wallace, já que foi por intermédio desse negociante que Wallace conseguiu se integrar nas estruturas materiais e coletivas do mundo que pretendia explorar durante sua passagem pelo Alto Rio Negro. A influência de Lima sobre a trajetória de Wallace se inicia ainda em Barra do Rio Negro (atual Manaus), em 1850, quando o naturalista, por meio do próspero comerciante italiano Henrique Antony, conseguiu uma passagem na canoa daquele. Como já explicitiei, a tarefa de transportar pessoas e mercadorias pelos rios da região cabia a barcos e canoas de diferentes tamanhos, uma grande parte delas pertencentes a regatões. Tais embarcações eram movidas à vela, à sirga e a remo (LOUREIRO, 2007, p. 173-174). O Senhor Lima era um desses experientes negociadores de produtos com as populações do Rio Negro; e seria esse indivíduo que iria orientar e introduzir Wallace nas estruturas sociais vigentes daquele espaço: Lima concedeu passagem a Wallace na embarcação de sua propriedade, além de ter lhe ensinado a “arte” da negociação e persuasão das populações indígenas:

Achei nossa canoa razoavelmente espaçosa, com cerca de trinta e cinco pés de comprimento e sete de largura. A parte posterior tinha um convés tosco, feito de hastes de palmeira, coberto com uma tolda, ou teto semicircular, alto o suficiente para sentar-se confortavelmente dentro dele, e bem coberto com folhas de palmeira [...] a canoa estava bem carregada com todos os artigos mais desejados pelos habitantes semicivilizados e selvagens do Alto Rio Negro. Havia fardos de tecido de algodão grosseiro e da

mais comum chita, de estampas frágeis, mas de cores vivas, de algodões xadrezes e listrados e de lenços azuis ou vermelhos. Em seguida, havia machados e cutelos e facas de ponta grossa em grande profusão, anzóis aos milhares, pedrneiras e aços, pólvora, balas, quantidades de azul, preto e branco. (WALLACE, 1889, p. 133-134).

Outro importante indivíduo na trajetória de Wallace e Bates na Amazônia foi Daniel Müller, vice-cônsul britânico no Pará. Müller foi a primeira pessoa a dar apoio aos viajantes em Belém e, como resultado dessas relações, não apenas os abrigou em sua própria casa e apresentou-os ao pequeno grupo de estrangeiros de fala inglesa dedicado ao comércio na região – ingleses e americanos – como também mostrou-lhes a maneira de proceder para suprir suas necessidades imediatas, instruindo-lhes sobre o modo de acessar os funcionários da alfândega para adquirir vistos de permissão na região e emprestando-lhes, provisoriamente, sua *rosinha*⁵ (WALLACE, 1905, p. 268) – situada entre os Rios Guamá e Pará –, até que os dois viajantes adquirissem moradia própria.

O vice-cônsul britânico tinha a vantagem de anos ou décadas de convivência com a sociedade local por isso intermediou, em diversas ocasiões, o acesso de seus conterrâneos a pessoas, objetos e recursos que necessitavam. Por meio de sua intervenção, foi possível, por exemplo, que os naturalistas acessassem o círculo de estrangeiros residentes e brasileiros abastados, cujas experiências e posições sociais privilegiadas na região possibilitaram os primeiros conhecimentos do bioma e oportunidades de coleta para os dois naturalistas.

Nem todos os contatos daqueles naturalistas na região com negociantes e proprietários de terras da região se trans-

formaram em franca amizade. Alguns indivíduos foram acionados formalmente de modo breve, apenas por conta de seus interesses de coleta, explicitando, assim, que houve variação de intensidade e importância nos ciclos de contatos dos estrangeiros. De todo modo, gostaria de sublinhar que, alguns indivíduos de origem europeia residentes naqueles pontos focais de atração humana do interior da região amazônica se tornaram classicamente hospedeiros de vários viajantes europeus que percorreram esse espaço durante o oitocentos. Destaca-se a importância de Henrique Antony, um italiano de Livorno estabelecido em Barra do Rio Negro (Manaus), hospedeiro e apoiador de vários exploradores do século XIX, entre os quais: Johann Natterer, Edwards, Bates, Wallace, Spruce, Gaetano Oscullati. (OLIVEIRA FILHO, 1987, p. 101)

ATIVIDADE EM CAMPO, O CONHECIMENTO INDÍGENA E AS INTERAÇÕES CULTURAIS

Os viajantes oitocentistas que seguiram pelo Rio Amazonas e pelo seu mais extenso afluente da margem esquerda, o Rio Negro, encontravam pela frente apenas algumas vilas e povoações, as quais variavam em importância político-administrativa e em número de habitantes. Esses aglomerados humanos, segundo informa José Ribamar Bessa: vistos de uma perspectiva “moderna [...] não passavam de pequenas aldeias semi-urbanizadas, onde eram poucos os moradores que se dedicavam a atividades comerciais, administrativas, políticas, militares, artesanais, religiosas, típicas do mundo urbano” (FREIRE, 2004, p.210). Grande parte da população desses lugares, por conta das atividades de extrativismo, pesca e agricultura, era obrigada a constituir uma vida itinerante, migrando para outros pontos da geografia do Amazonas durante muitos meses. No entanto,

apesar desses núcleos de povoamento não comporem “concentrações humanas densas e estáveis”, era nesses lugares que o viajante podia encontrar instituições tais como: “igreja, escola, botica, às vezes um pequeno hospital, taberna, mercearia, mercadinho, loja de secos e molhados, polícia, quartel, corpo de trabalhadores – e [...] serviços mesmo que precários” (FREIRE, 2004, p.211). Esses núcleos exerciam o papel de polo de atração para a população ribeirinha, que para lá seguia com o intuito de trocar seus produtos extrativistas por determinados produtos industrializados, ou até mesmo por conta de festejos religiosos. Também eram nesses lugares queremeiros podiam ser contratados, o que revela o quanto vilas e povoações “desempenharam funções essenciais, como pontos focais de uma rede que articulava a economia rural extrativista, de cunho artesanal, através do sistema de comércio regional” (FREIRE, 2004, p.211). Nesse contexto, quanto mais o viajante se afastava da capital do Grão-Pará, Belém, maior os infortúnios estruturais de sua viagem, seja em relação às dificuldades de travessia da grande extensão do Amazonas, seja para suprir suas necessidades por produtos europeus em sua dieta diária, tais como: trigo, vinho, café, açúcar, queijo etc.

No campo, o coletor era inevitavelmente confrontado com situações que o levavam a ajustar suas condutas às circunstâncias locais e a interagir com diferentes grupos humanos. Esse aspecto pode ser melhor evidenciado na trajetória de Alfred Russel Wallace pelo Rio Negro, quando se observa que o viajante de nenhum modo conseguiu se deslocar, caçar ou trabalhar de forma isolada. Sobre esse aspecto, as cenas que narram suas refeições nos acampamentos de campo são significativas, pois, ao contrário de outras cenas de contato, as quais enfatizaram a ausência de interação, o naturalista e seus ajudantes, além de com-

partilharem o alimento caçado e preparado por aqueles, buscaram a compreensão mútua sobre seus distintos mundos:

Ao chegar à caverna, imediatamente tirei a pele do meu prêmio [galo da serra] antes que escurecesse, e então jantamos. Não mais “gallos” foram trazidos naquele dia. As fogueiras foram acesas, a carne de porco foi defumada sobre elas, e ao meu redor havia treze índios nus, falando em línguas desconhecidas. Dois só sabiam falar um pouco de português, e com eles conversei, respondendo às suas várias perguntas sobre de onde vinha o ferro, e como era feita a chita, e se crescia papel em meu país, e se tínhamos muita mandioca e banana-da-terra; e ficaram muito surpresos ao ouvir que todos eram homens brancos ali, e não podiam imaginar como os homens brancos poderiam trabalhar, ou como poderia haver um país sem floresta. Eles faziam perguntas estranhas sobre de onde vinha o vento e a chuva, e como o sol e a lua voltavam aos seus lugares depois de desaparecerem de nós; e quando eu tentava satisfazê-los nesses pontos, eles me contavam histórias da floresta sobre onças e onças-pardas, e dos ferozes javalis selvagens, e do terrível curupuri, o demônio da floresta, e do homem selvagem com uma longa cauda, encontrada bem no centro da floresta. Contaram-me também uma história curiosa sobre a anta, que, no entanto, outros me asseguraram que não é verdade. (WALLACE, 1889, p. 156)
[Grifos meus]

Como narrado, Wallace era o único homem “branco” entre a roda de 13 homens nus ao redor da fogueira do acampamento. Os caçadores se comunicavam em uma língua desconhecida para o viajante, sendo somente dois deles falantes da língua lusa. Foi com estes últimos que Wallace travou

a peculiar conversa, governada por uma curiosidade recíproca e pela troca de visões distintas de mundo. Assim, se, em um dado momento, o viajante tentava responder às perguntas nativas sobre seu mundo, em outro, dois indígenas “bilíngues” contavam histórias e ensinamentos sobre seu mundo. Nesse contexto, o viajante, longe de enfatizar a superioridade do pensamento europeu sobre as supersticiosas imaginações indígenas, ouviu as histórias com o mesmo interesse que lhe fora reservado por aqueles. A atitude respeitosa do viajante delegou-lhe uma visão mais simpática em relação aos homens da terra⁶ e apaziguou a desconfiança de seus ajudantes. Pode-se auferir a partir da análise da cena que, para além de instrumentos e cooperação técnica, relações de confiança eram também elementos primordiais na atividade de campo. Impelido a percorrer alguns distritos de densa floresta sem contar com a companhia de qualquer indivíduo de origem europeia, a única maneira de levar seu plano adiante era conseguir atravessar a cultura do outro⁷, conquistando-lhe a confiança, estreitando relações.

A experiência descrita por Wallace contraria algumas narrativas de viagem que tendiam a apresentar o naturalista europeu como o herói desbravador, o qual, segundo Stepan, “entra sozinho em um desconhecido e inexplorado mundo para descobrir, identificar e coletar plantas e animais cujos significados dos itens da história natural supostamente confundiam os habitantes locais” (STEPAN, 2001, p.64). Em alguns casos, os textos de história natural buscaram retratar o encontro europeu com povos indígenas, rebaixando o conhecimento destes a “capítulos sobre etnologia e antropologia, tendo o efeito de fundi-los com a própria natureza”. (STEPAN, 2001, p.64)

As descrições de Wallace sobre seu cotidiano de viagem demonstram que o

naturalista perturbou algumas dessas convenções. Nesse sentido, além da cena descrita acima, outro registro, elaborado ainda nos primeiros meses de sua viagem em Belém, apresentou uma lógica narrativa diferente, pois mostrou o seu velho cozinheiro negro, *Isidora* (grafado corretamente por Bates, Isidoro), ensinando e transmitindo seu conhecimento sobre a espécie de árvore caripé para dois ignorantes europeus recém-chegados (Bates e Wallace). Seguiram, então, outras descrições de capturas de espécies as quais revelam que armas, instrumentos e manuais europeus nem sempre eram suficientes para conseguir êxito em campo. Sobre esse aspecto, em Belém, o naturalista observou que as dificuldades de capturar criaturas vivas eram vencidas pelo engajamento de crianças índias, negras e mestiças que possuíam habilidades de manusear instrumentos tribais como o arco e flecha. Este último era, inclusive, considerado um método mais vantajoso do que as armas de fogo, posto que conservava melhor a integridade do espécime. Por essa razão, deve-se observar que, não ao acaso, Wallace empregou várias crianças para lhe ajudar na tarefa de coleta, já que elas, além de serem consideradas mais ágeis que uma pessoa adulta, rendiam maior economia de dinheiro. Com isso, ele aproveitou ao máximo a perspectiva de coleta fazendo uso do conhecimento único e das habilidades das crianças da região, pois elas, mais do que ninguém, sabiam onde borboletas, aves, répteis e outras pequenas criaturas se escondiam.

Foi com essa intenção que o pequeno indígena Antonio, que fez parte de sua tripulação na viagem até o Rio Tocantins, havia sido empregado quando Wallace e Bates residiram em Nazaré. Sobre o menino, Wallace observou: “Outro interessante pequeno animal foi uma jovem preguiça, que Antonio, um menino índi-

gena, que tinha sido empregado a nosso serviço, trouxe viva da floresta” (WALLACE, 1889, p.34). Outro garoto empregado por Wallace em sua excursão no Rio Guamá evidencia a complexidade social da região. Segundo o naturalista, o menino, muito diligente a executar suas tarefas, tinha fenótipo indígena, apesar de sua mãe ter sangue negro e ser escrava. Por essa razão, para contratar seus serviços, o coletor precisou negociar com seu senhor, o qual não apenas se parecia muito com a criança, como também rumores locais garantiam tratar-se de seu próprio pai.

Essas relações demonstram que contratar ajudantes de confiança e experientes caçadores para a coleta era a maneira mais indicada para conseguir os melhores espécimes. A vantagem é notória ao se analisar o evento de contratação de Luís, o caçador negro que acompanhou o coletor austríaco Johan Natterer em suas excursões pelo interior do Brasil durante 17 anos. Luís fora comprado quando ainda era menino pelo naturalista no Rio de Janeiro. Originário do Congo, de seus atributos físicos revelados por Wallace, destacam-se seu porte alto e robusto. Em Belém, ele era um homem livre, pois Natterer havia o alforriado quando voltou para a Europa em 1835. O caçador também possuía um pequeno pedaço de terra e tinha economizado o suficiente para comprar para si um casal de escravos. No tempo que passou com o coletor austríaco, foi treinado para caçar e ensinado a depenar e empalhar aves e outros animais. Segundo esclarece Wallace, Luís foi contratado especialmente por conta de sua experiência em caçar aves, recebendo a quantia de mil réis por dia. O ex-escravo foi exaltado nesse aspecto pelo naturalista:

Luiz era um excelente caçador. Ele vagava pela floresta de manhã à noite, percorrendo grandes distâncias e geralmente trazendo para casa algum

belo pássaro. Ele logo conseguiu para mim vários cardeais tagarelas, trogons de peito vermelho, tucanos, etc. Ele conhecia os habitat e hábitos de quase todos os pássaros e podia imitar suas várias notas para chamá-los para ele. (WALLACE, 1889, p. 78)

Enfatiza-se que muitos desses atores sociais se engajaram nos planos de coleta dos viajantes, fornecendo informações sobre os usos de plantas, hábitos dos animais, bem como ensinando aos naturalistas como se integrar a uma realidade social e cultural estranha. Nesse sentido, *Isidora*, o velho serviçal contratado em Belém, pode ser apontado como outro personagem que teve um papel relevante na trajetória dos viajantes. Além de oportunizar aos dois estrangeiros seus primeiros ensinamentos sobre a fala da língua portuguesa, foi encarregado pelos naturalistas a mostrar os caminhos no meio florestal onde poderiam encontrar produções vegetais de seu interesse. Na passagem em que relata a busca por uma amostra de *caripé*, Wallace ressalta as características pessoais do velho serviçal, seu largo conhecimento sobre os usos e propriedades das plantas e o seu “curioso” método de ensino, o qual exemplifica como o cotidiano de comunicações e traduções dos recém-chegados com os locais era desenvolvido:

Desejando obter espécimes de uma árvore chamada Caripe, cuja casca é usada na fabricação da cerâmica do país, perguntamos a Isidora se ele conhecia tal árvore e onde ela crescia. Ele respondeu que conhecia muito bem a árvore, mas que ela crescia na floresta muito longe. Então, uma bela manhã, após o café da manhã, dissemos a ele para colocar seu machado nas costas e vir conosco em busca do Caripe, ele em seu traje costumeiro de calças, camisa, chapéu e sapatos sendo total-

mente dispensado neste clima ameno; e nós em mangas de camisa e com nosso aparato de caça sobre os ombros. Nosso velho condutor, embora agora exercesse a ocupação doméstica de cozinheiro e criado de todo o trabalho de dois cavalheiros estrangeiros, havia trabalhado muito na floresta e estava bem familiarizado com as várias árvores, podia dizer seus nomes e era versado em seus usos e propriedades [...] ele gesticulava com veemência e fazia um show mudo com uma minúcia digna de uma audiência mais extensa; no entanto, ele gostava bastante de exibir seu conhecimento sobre um assunto sobre o qual estávamos no estado da mais ignorante ignorância [...] Seu método de instrução era uma série de observações entre parênteses sobre as árvores conforme ele passava por elas, parecendo falar mais para elas do que para nós, a menos que extraíssemos informações adicionais por meio de perguntas. “Isto”, dizia ele, “é Ocoobá, remédio muito bom, bom para dor de garganta”, o que ele explicava passando pelo ato de gargarejar, e nos mostrava que uma seiva aquosa saía livremente na casca cortada. A árvore, como muitas outras, estava toda entalhada pelo número de pacientes que vinham buscar o suco curativo. “Esta”, disse ele, olhando para uma magnífica árvore alta e reta, “é boa madeira para casas, boa para pisos; chame de Quarooba.” (WALLACE, 1889, p. 22-23)

Não apenas o domínio da língua portuguesa fora facilitado a partir da interação do naturalista com seus ajudantes locais. A partir de Barra do Rio Negro, onde grande parte da população (índios, negros, mestiços ou “brancos”) era falante da denominada *Lingoa Geral* indígena, o naturalista declarou ter aprendido alguns vocábulos desta língua com os nativos da região. Foi por intermédio de um menino índio destri-

balizado (enviado pelo negociante italiano Henrique Antony para lhe servir em sua excursão até o povoado denominado “Castanheiro” em busca da *Umbrella Bird*), que o naturalista afirmou ter tido os primeiros ensinamentos da língua geral:

[...] um menino emprestado pelo Sr. Henrique ficou comigo para acender o fogo e fazer meu café, e preparar o jantar quando tivéssemos a sorte de conseguir [...] Apenas um dos homens aqui falava português, todos os demais usavam a língua indígena, chamada Lingoa Geral, que achei muito difícil de aprender sem livros, embora seja uma língua fácil e simples. [...] Meu menino índio falava Lingoa Geral e Português, então, com a ajuda dele, me dei muito bem.

Bates, por sua vez, ao percorrer os lugares, as aldeias e os povoados do Rio Solimões, testemunhou que a língua geral, até a década de suas incursões (1848-1859), permanecia com grande força ao longo do Rio Amazonas e era o idioma mais usado na comunicação entre os nativos de uma ponta a outra do rio principal. (BATES, 1863, p.260) Provavelmente o naturalista aprendeu a língua geral para facilitar suas operações no campo, o que lhe rendeu uma bem-sucedida empresa de coleta no Solimões – mais de 14 mil espécies, sendo oito mil delas novidades entomológicas para a história natural. Esses aspectos comprovam que sua atividade em campo na Amazônia só se tornou possível após conseguir interagir com a natureza e com a realidade material, cultural e étnica dos lugares que conseguiam alcançar. Por esse motivo, ele narrou que a principal preocupação em sua vida errante pelo Solimões não se restringia a encontrar uma localidade rica em seres valiosos para sua coleção: inquietava-se também com a reação do povo diante de seus interesses. Bates de-

clarou ter experimentado, em Ega, uma vida tranquila, semelhante a que um naturalista poderia experimentar em um vilarejo europeu: uma integração também evidenciada no processo de preparação de espécimes, pois, em muitos casos, suas inconstâncias materiais e técnicas no campo foram superadas fazendo uso dos recursos locais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para se entender como os naturalistas conseguiam realizar a façanha de atravessar uma região que impunha tantas adversidades de locomoção espacial é preciso considerar as interações que os naturalistas faziam com estruturais materiais e sociais da região amazônica. Para os naturalistas recém-chegados a Belém, a cordial hospitalidade de um grupo de homens de origem europeia residentes fora fundamental para estender uma rede de conexões que possibilitaram ampliar o horizonte de coleta para o interior da

região. Mas não apenas homens (brancos) com influência socioeconômica na província apoiaram aqueles naturalistas britânicos. Ao ganhar a confiança das populações locais interioranas (índigenas livres, mestiços alforriados ou livres e negros escravizados), o viajante podia vencer a tarefa mais árdua no trabalho de campo que era conseguir ajudantes dedicados aos seus propósitos de coleta. Portanto, tanto quanto conhecimento técnico para preparar e descrever espécimes, observa-se que interações com o meio, relações de confiança e ações de cooperação desempenharam um papel profundo na composição de coleções naturalistas e teorizações sobre o mundo natural. Nesse sentido, é possível situar o papel desses naturalistas em campo como intermediário de um processo de transformação entre dois mundos, conforme explicita Latour: “O da transição entre o mundo das matérias locais e o dos signos móveis e transportáveis para qualquer lugar.” (LATOUR, 2008, p. 23)

REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz Nacib. *Os domínios da natureza no Brasil: Potencialidades Paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais. A longa duração*. In: *Escritos sobre a História*. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- FREIRE, José Ribamar Bessa. *Rio Babel: a história das línguas na Amazônia*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004
- HOBSBAWN, Eric. *A Era do Capital: 1848-1878*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- LATOUR, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: BARATIN, Marc e JACOB, Christian. *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- LOPES, Siméia de Nazaré. *Comércio corrente*. In: *Revista de História*. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/comercio-corrente>> Acesso em: 01 fev. 2014.
- LOUREIRO, Antonio. *História da Navegação no Amazonas*. Manaus: Lorena Ltda., 2007.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese de Livre Docência. Campinas: Unicamp, 2001

- MONTEIRO, Mário Ypiranga. *O regatão*. Manaus: Sergio Cardoso e Cia. Ltda. Editôres, 1958.
- MORAIS, Raimundo. *O meu dicionário de cousas da Amazônia*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2013.
- NEVES, Erivonaldo Fagundes. Sertão Recôndito Polissêmico e Controvertido. In: KURY, Lorelai (org.) *Sertões adentro: viagens nas Caatingas: Séculos XVI a XIX*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson, 2012.
- OLIVEIRA FILHO, João P. Elementos para uma Sociologia dos viajantes. In: OLIVEIRA FILHO, João P. (org.) *Sociedades Indígenas e Indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero, 1987.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios Escravos. In: CUNHA, Manuela C. (org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras: SEC. Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.
- SAMPAIO, Patrícia. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais em Manaus – 1840-1880*. Manaus: EDUA, 1997.
- STEPAN, Nancy. *Picturing Tropical Nature*. London: Reaktion Books, 2001.
- TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 8. ed. Ed. Record. 1988.
- UGARTE, Auxiliomar Silva. *Sertões de bárbaros – O mundo natural e as sociedades indígenas da Amazônia na visão dos cronistas ibéricos (séculos XVI-XVII)* Manaus: Editora Valer, 2009.

FONTES

- BASTOS, Tavares A. C. *O Vale do Amazonas: a livre navegação do Amazonas, estatística, produção, comércio, questões fiscais do vale do Amazonas*. 3ª Ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.
- NORONHA, José Monteiro. *Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província (1768)*. Introdução e notas: Antônio Porro. São Paulo: EDUSP, 2006.
- SMITH, Herbert H. *Brazil: The Amazons and the Coast*. New York: Charles Scribner's Sons, 1879.
- SPIX e MARTIUS. *Viagem pelo Brasil*. Vol. 3 São Paulo: Itatiaia, 1981.
- BATES, Henry. *The Naturalist on the Rivers Amazons*. London: John Murray, 1863.
- WALLACE. Alfred Russel. *A Narrative of travels on the Amazon and Rio Negro*. London: Ward, Lock and Co., 1889.

NOTAS

- 1 Como observou o naturalista bávaro Von Martius em sua narrativa de viagem: “Quem, entretanto, saindo do Rio Negro, quiser tomar pelo Solimões, pode, sobretudo, na época da enchente, encurtar também a viagem, seguindo para o sul, pelo furo de Guariba, que faz da extrema ponta de terra uma ilha entre os dois rios.” (Martius, 1981, p. 161)
- 2 Título do livro escrito pelo Barão de Santa-Anna Nery em fins do século XIX.
- 3 Erivaldo Neves enfatiza que, embora o conceito de sertão seja mais intensamente associado a uma região específica – o Nordeste –, há “ainda o sertão amazônico, distinto de todos” os outros sertões. Nesse sentido, para além de uma categoria usada para exprimir um espaço específico, não se pode esquecer seus desdobramentos revelados pelos “fatores intervenientes específicos na formação social” e por suas “respectivas circunstâncias ambientais.” NEVES 2012, p.39.
- 4 Paraná: “Braço de rio, com saída pelo montante e pela jusante no mesmo rio, constituído em geral por uma ilha encostada a uma das margens continentais da bacia.” Morais, 2013, p. 131. Furo: “Braço do rio que liga dois caudais; às vezes um lago a outro lago; muitas vezes um furo a outro furo; ou um afluente, pelo montante da foz, ao curso em que deságua.” Morais, 2013, p. 92. Igarapé: “Caminho de canoa, segundo a tradução precisa do tupi para o português. Riacho amazônico, ribeiro, curso em miniatura que tem, como os grandes, todas as características fluviais.” Morais, 2013, p. 103.
- 5 Constituíam-se numa pequena propriedade rural característica na região, denominada pelos locais de “rocinha”, mas, por Wallace, grafada erroneamente como “rosinha”, em sua narrativa de viagem. (Wallace, 1905, p. 268)
- 6 Visão análoga em relação aos moradores de Manaus.
- 7 Refere-se ao conceito de alteridade proposto por Tzvetan Todorov, que é capacidade de se colocar no lugar do outro.

